

PRESERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE E SUA SUSTENTABILIDADE

INTRODUÇÃO

A preservação do meio ambiente tem adquirido importância crescente na agenda social, apesar das pressões econômicas existentes e da permanência de muitas práticas predatórias. Ciente de que a construção de uma Bahia mais desenvolvida, justa e igualitária envolve a incorporação das questões ambientais à formulação das políticas públicas, o Governo do Estado, em diálogo permanente com a sociedade, construiu a diretriz estratégica “Preservar e Recuperar o Meio Ambiente e sua Sustentabilidade”.

Entre as ações de destaque em 2010 estão as operações de fiscalização, voltadas para combater atividades predatórias, como o tráfico de animais silvestres, o combate aos desmatamentos e à extração de madeira de lei. Outra ação relevante foi a “Operação Chapada”, voltada para a prevenção a incêndios em municípios da Chapada Diamantina.

No âmbito da gestão das águas está o monitoramento das praias e da qualidade ambiental nas bacias hidrográficas, cujas informações estão disponíveis na *Internet* e acessíveis a todas as pessoas. A Baía de Todos os Santos também vem recebendo atenção especial. Uma evidência é a conclusão do inventário sobre a contaminação da baía, que engloba as diversas atividades econômicas que, potencialmente, podem contribuir para a poluição das águas.

Em 2010, uma ação inovadora foi o funcionamento da primeira Casa do Meio Ambiente, em Barreiras, que abrigará todo o processo de licenciamento e fiscalização ambiental no Território. No total, a Bahia deverá contar com 14 Casas do Meio Ambiente, o que, a partir da descentralização das atividades, vai oferecer atendimento ao cidadão na própria região onde reside.

A proteção ao meio ambiente na Bahia passou a contar com uma ferramenta poderosa em 2010, que é o portal do Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia, que agrega um conjunto de informações e de serviços, assegurando agilidade no atendimento e gestão eficiente dos processos ambientais.

Na Bahia também estão em curso discussões sobre as mudanças climáticas que o planeta enfrenta e que afetam a todos. Há ações importantes em planejamento territorial ambiental, zoneamento ecológico econômico e conservação ambiental e diversidade biológica, além da recuperação das sub-bacias do rio São Francisco, que está em processo de implantação e vai absorver R\$ 15,8 milhões em investimentos, através de convênio entre os governos federal e estadual.

Assim, o Governo do Estado vem atuando para promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social, preservando o meio ambiente e assegurando sua sustentabilidade, o que representa a garantia de mais qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Com o objetivo de institucionalizar a Educação Ambiental, formal e não formal, foi elaborada a proposta do Projeto de Lei que institui a Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia. Foram adotados como princípios orientadores desta política o exercício da cidadania, da participação e controle social, bem como a criação de espaços públicos coletivos para o constante aprimoramento do processo interativo.

As prioridades da Política de Educação Ambiental foram identificadas nos seminários para consulta pública do Projeto de Lei de Educação Ambiental. As contribuições recebidas foram sistematizadas por Grupos de Trabalho

que discutiram os seguintes temas específicos: Ensino Formal; Ensino não Formal; Gestão das Águas; Saneamento Ambiental; Unidades de Conservação; Gestão Municipal; Licenciamento Ambiental e Educação Socioambiental.

A Política de Educação Ambiental será fundamental para nortear a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como outros programas e projetos.

Realização de Cursos e Eventos na Área Socioambiental

O Governo do Estado promoveu uma série de eventos, em 2010, voltados para a área socioambiental. A relação pode ser conferida no Quadro 1:

QUADRO 1		EVENTOS E PROJETOS REALIZADOS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL Bahia, 2010	
ESTUDO, PESQUISA E PROJETO REALIZADO	DESCRIÇÃO		
Inauguração do Memorial do Meio Ambiente Professor Milton Santos	Oferta à sociedade de um vasto acervo sobre a história do meio ambiente na Bahia, possibilitando visitas físicas, virtuais e a interatividade do público, permitindo, sobretudo, o acolhimento das manifestações de cunho socioambientais		
Publicação de duas linhas editoriais do Caderno de Educação Ambiental e Natureza	Tiragem de 700 e 2.500 exemplares, respectivamente, faz parte da linha editorial do Instituto do Meio Ambiente – IMA destinada a oferecer à sociedade informações ambientais		
Projeto Ciclo de Debates	Diálogo entre atores sociais locais no município de Alagoinhas para promover a troca de experiências e reflexões sobre temas estratégicos em práticas sustentáveis, para 130 pessoas		
Programa Quintas-Feiras Ambientais	Realização de seis eventos para a promoção do conhecimento, mediante a troca de informações tecnicocientíficas e a interação de diversos segmentos e atores sociais, visando a sustentabilidade socioambiental do Estado, com público de 450 pessoas		
Projeto Semeando o Futuro	Realização do projeto em dez escolas da rede pública municipal, localizadas na Península Itapagipana, beneficiando 641 alunos do Ensino Fundamental II, para promover a reflexão e o debate sobre as questões ambientais, estimular a participação ativa do indivíduo e da coletividade em prol das práticas sustentáveis		
Curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono	Realização de curso para 35 gestores públicos estaduais, com objetivo de habilitar profissionais de nível superior, pertencentes aos quadros dos órgãos do Estado, nos conhecimentos sobre mudanças climáticas, bem como inserir conceitos desse tema na elaboração de Políticas Públicas		
Treinamento técnico para Licenciamento Ambiental (Módulo de Fiscalização Ambiental)	Capacitação de 104 gestores municipais atuantes da área fiscal ambiental da Bahia, em 80 municípios que aderiram ao Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC		

Continua ...

Continuação

ESTUDO, PESQUISA E PROJETO REALIZADO	DESCRIÇÃO
Curso Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Gestão Ambiental Compartilhada e Governança	Realização de curso vinculado ao Programa de Gestão Ambiental Compartilhada, para formar gestores municipais no desenvolvimento de mecanismos de GAC, visando atuação na área ambiental nos respectivos municípios
Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental	Realização de três cursos nos municípios de Bonito, Wagner, Utinga e Senhor do Bonfim, para 106 participantes, visando promover o conhecimento acerca da temática ambiental, identificando os problemas locais por meio de mapeamento socioambiental, para construir, coletivamente, propostas de encaminhamentos que possam contribuir com o processo de gestão ambiental
Curso de Saúde Ambiental	Realizado para 40 técnicos do IMA, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB e Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, visando apoiar tecnicamente o Licenciamento e a Fiscalização Ambiental, analisando a gestão dos recursos ambientais e o impacto sobre os ecossistemas, a poluição ambiental, a mudança climática e seus múltiplos efeitos sobre a saúde humana
Curso do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC Rural do Ministério do Meio Ambiente – MMA	Realizado para 80 gestores públicos estaduais, desenvolvendo competências para promoverem a regularização ambiental, harmonizar as necessidades dos produtores rurais à preservação dos recursos naturais e demonstrar as vantagens a serem obtidas com essa regularização
Oficina de Educação Ambiental	Oficina para alunos e profissionais da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, em Ilhéus, visando aprofundar o conhecimento sobre a educação ambiental por meio de atividades teóricas e práticas, de modo a integrar o pensar, o sentir, e o fazer do grupo, como facilitador no processo de construção de conhecimentos ambientalistas

Fonte: SEMA / IMA



Foto: AGECOM

Memorial do Ambiente – Prof. Milton Santos

PROGRAMA ESTADUAL DE JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

Com base nos resultados da III Conferência Nacional do Meio Ambiente e da I Conferência Nacional da Juventude, foi elaborado o Programa Estadual de Juventude e Meio Ambiente, ação importante para a formação socioambiental da juventude no Estado, com atenção para os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na proposta do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia.

CONTROLE AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS IMPACTANTES

Com o intuito de aprimorar a capacidade de avaliação de impactos ambientais com abrangência regional, a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA fez a revisão de todos os Relatórios de Caracterização do Empreendimento – RCE, subsidiando o desenvolvimento de

banco de dados do Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia, destinado ao aprimoramento da gestão ambiental, com a avaliação adequada dos impactos do conjunto de empreendimentos licenciados por região.

Além da gestão ambiental, fatores operacionais também foram contemplados na construção do novo modelo de licenciamento, que utilizará, a partir de agora, uma plataforma digital, evitando a ocupação crescente de espaço físico para arquivamento de processos no órgão.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS IMPACTANTES

Operações Planejadas de Fiscalização

Em 2010 a SEMA realizou 43 Operações Planejadas de Fiscalização que trataram de temas importantes para a preservação dos ativos ambientais do Estado. O Quadro 2 apresenta algumas das operações realizadas.

QUADRO 2		
OPERAÇÕES REALIZADAS DE FISCALIZAÇÃO Bahia, 2010		
OPERAÇÃO	OBJETIVO	MUNICÍPIO
Operações do Oeste	Verificar as Autorizações de Supressão Vegetal da região oeste	Riacho de Santana e Bom Jesus da Lapa
Operação Camaçari	Avaliação do atendimento de Condicionantes das Indústrias	Camaçari
Operação de Guanambi	Combate a Desmatamentos e Carvoarias, fiscalização de cerâmicas, madeira de lei, pesca, caça, tráfico de animais silvestres	Guanambi
Fiscalização Preventiva Integrada – FPI – Região Oeste – Etapa Educação Ambiental	Fiscalização em parceria com o Ministério Público, Crea, Ibama, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Ingá, Adab*, Polícia Rodoviária Federal – PRF e Companhia de Policiamento e Proteção Ambiental – Coppa de empreendimentos com risco de degradação ambiental e realização de oficinas de educação ambiental	Barra, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Buritirama, Mansidão, Xique- Xique, Morpará, Ibotirama, Jacobina, Miguel Calmon, Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Tabocas, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Feira da Mata
Operação de Eunápolis	Combate à produção irregular de laticínios e ao desmatamento	Eunápolis

Continua ...

Continuação

OPERAÇÃO	OBJETIVO	MUNICÍPIO
Operação Jaguaripe e Aratuípe	Fiscalização de Empreendimentos de Carcinicultura	Jaguaripe e Aratuípe
Operação Conde	Verificar áreas de desmatamento, carvoarias, cerâmicas, extração de areia e construções em Áreas de Preservação Permanente – APP	Conde
Operação Veracel	Fiscalizar a situação das áreas destinadas a Reserva Legal de cultivo de eucalipto das fazendas de propriedade da Veracel, bem como a situação de uso e ocupações em Áreas de Preservação Permanente – APP	Eunápolis e região
Operação Paralela	Fiscalização de obras na Paralela (empreendimentos)	Salvador

Fonte: SEMA/IMA

*Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

Operação Chapada

A operação de combate a incêndios na Chapada Diamantina, denominada Operação Chapada, foi antecedida, em 2010, de uma campanha de combate aos incêndios florestais, estendida para municípios do oeste baiano. A campanha, impulsionada pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais da Bahia, foi reforçada com a declaração de estado de emergência ambiental, através da portaria nº 337, de setembro de 2010, do Ministério do Meio Ambiente.

É importante destacar, nessa Operação, a antecedência com que foram planejadas as ações para enfrentar o período de estiagem. Foram realizadas 72 reuniões, 24 audiências públicas e 61 autos de campo – penalizações por queima não controlada. Desse modo, as operações, no ano de 2010, tiveram como propósito a mobilização

de comunidades dos 35 municípios das regiões afetadas pela estiagem, para impedir a repetição das queimadas e incêndios florestais ocorridos em anos anteriores.

A Operação Chapada contou com o apoio de diversos órgãos estaduais, federais e entidades da sociedade. A atuação do Instituto do Meio Ambiente – IMA ocorreu sob a forma de fiscalização e de apoio às ações de combate, orientando as comunidades sobre novas formas de cultivo do solo, legislação ambiental e fortalecimento de grupos organizados, com o objetivo de minimizar os focos de incêndios. Já o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá contribuiu com o monitoramento constante de ocorrências de focos de calor.

O Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais da Bahia, criado através do Decreto nº 11.559, de 01.06.2009, tem o objetivo de planejar as funções e



Brigadistas no combate ao incêndio na Chapada



Operação Chapada sem fogo

definir a participação dos diversos atores no processo, dimensionar a capacidade operacional, definir os custos para execução das ações e avaliar as atividades desenvolvidas no enfrentamento dos incêndios.

DEMANDAS JUDICIAIS

Em 2010, foram recebidas 407 solicitações de Demandas Judiciais aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, das quais 279 foram atendidas.

MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

Monitoramento de Balneabilidade das Praias e da Qualidade Ambiental nas Bacias Hidrográficas

O Governo da Bahia, através da SEMA, vem consolidando as ações de monitoramento da qualidade das águas do litoral baiano e das bacias hidrográficas de todo o Estado, numa rede que envolve 103 pontos de monitoramento. As informações sobre as condições de balneabilidade das praias são disponibilizadas no Boletim Semanal, que é divulgado no *site* do IMA (www.ima.ba.gov.br) e no Portal do Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia – Seia (www.seia.ba.gov.br), bem como em outros meios de comunicação, que utilizam as informações do IMA.

Com relação ao monitoramento das bacias hidrográficas, são atendidas as demandas emergenciais de licenciamento e fiscalização ambiental do IMA, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, de organizações não governamentais e da sociedade. Dentre os atendimentos, podem ser citados: as avaliações sobre derramamentos acidentais de óleo, investigações relativas a mortandade de peixes, avaliação da qualidade das águas subterâneas em risco de contaminação, bem como o atendimento de pedidos de informações e fornecimento de dados para o Ministério do Meio Ambiente.

Destaque, ainda, para o monitoramento da qualidade do ar da área do Polo Industrial de Camaçari. No município de Salvador, foi iniciado o Projeto da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar, com a implantação da

Estação Experimental nas dependências da Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, no Centro Administrativo da Bahia – CAB.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS – BTS

INVENTÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS – BTS

Foi elaborado, em 2010, um inventário ambiental sobre a Baía de Todos os Santos, utilizando dados dos processos de licenciamento e complementados com informações de campo, levantadas por equipe multidisciplinar. O inventário será fundamental para a realização de pesquisas sobre as atividades com potencial de modificar a qualidade das águas da baía, como: indústrias, projetos de carcinicultura, projetos agrícolas, aterros sanitários, lixões e pontos de lançamento de esgotos, entre outras.

Outro aspecto importante a ser ressaltado no processo de recuperação ambiental da Baía de Todos os Santos foi a conclusão, em 2010, do Sistema de Informações Geográficas – SIG, ferramenta que possibilita localizar espacialmente as fontes de contaminação/poluição na Baía de Todos os Santos. A espacialização dos dados do inventário ocorre por meio da integração do SIG com os Sistemas de Gerenciamento de Processos e de Georreferenciamento da Gestão Ambiental, permitindo à SEMA o controle de todas as informações ambientais relativas à Baía de Todos os Santos.

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REESTRUTURAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

CASAS DO MEIO AMBIENTE – CMA

As Casas do Meio Ambiente têm o objetivo de implantar um “Modelo Integrado de Gestão” nas Unidades Regionais do Sistema Estadual do Meio Ambiente, para racionalizar

custos e tarefas, aprimorar serviços e atender de maneira eficaz e sustentável as demandas da área ambiental.

A proposta visa, ainda, promover a integração de todo o processo de licenciamento e fiscalização ambiental, controle florestal, outorga e anuência prévia, oferecendo ao cidadão um melhor atendimento na sua região.

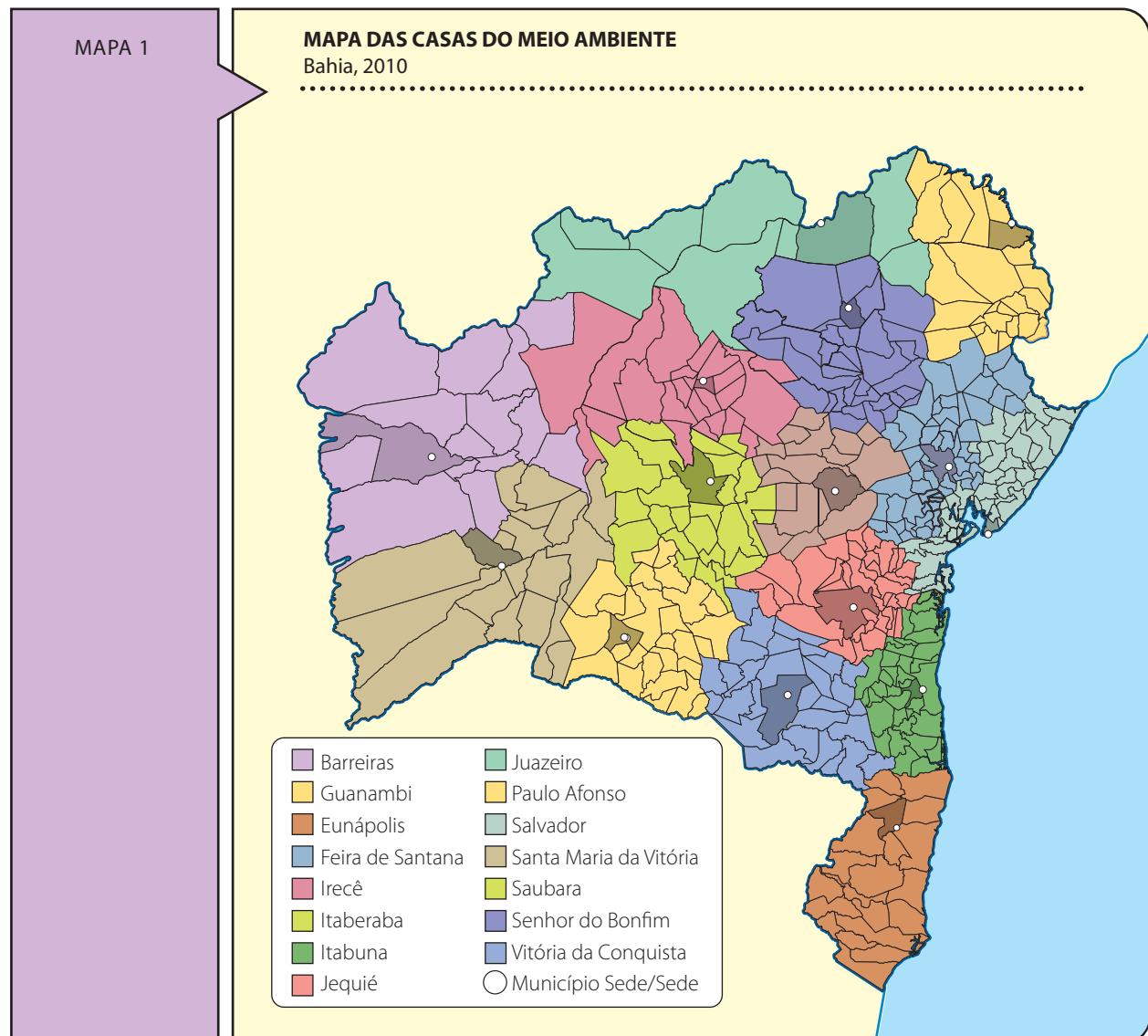
Foram propostas 14 sedes para as Casas do Meio Ambiente, levando em conta a localização das bacias hidrográficas e os Territórios de Identidade. Em 2010, foi aberta ao público a primeira Casa do Meio Ambiente, em Barreiras, no Oeste baiano, com toda a infraestrutura necessária para atender às demandas da região. Encontram-se em implan-

tação as Casas de Vitória da Conquista, Feira de Santana e Itabuna e as outras já têm suas localizações definidas para os municípios de Eunápolis, Guanambi, Irecê, Itaberaba, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Santa Maria da Vitória, Seabra e Senhor do Bonfim (Mapa 01).

REESTRUTURAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Licenciamento por polo

O licenciamento ambiental por polo, regulamentado pelo Decreto nº 11.235/08, estabelece a figura da Licença Conjunta, que "autoriza a localização, implantação



Fonte: SEMA

ou operação de empreendimentos similares, vizinhos ou integrantes de polos industriais, agrícolas, ou turísticos, entre outros". Trata-se de um procedimento pioneiro no País, através do qual um único representante legal pleiteia ao órgão ambiental uma Licença Conjunta para imóveis rurais de diferentes titularidades.

Nessa modalidade, além das etapas de diagnóstico, análise de impactos, medidas para tratar os impactos identificados, pode ser proposto um zoneamento agroambiental, sugerindo as culturas e tecnologias que poderão ser aplicadas nas áreas indicadas para produção, como também naquelas vocacionadas para preservação/conservação. Após a obtenção da Licença Conjunta, os empreendimentos adquirem os licenciamentos, na modalidade do Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA, que é um procedimento menos burocratizado e com tramitação mais rápida.

Fiscalização Ambiental

No processo de reestruturação da fiscalização ambiental, foram estabelecidas ações estruturantes com o objetivo de promover um realinhamento nos procedimentos operacionais e criar uma infraestrutura adequada para a realização das atividades.

A fiscalização, que sempre atuou no atendimento a denúncias, redirecionou as ações para a identificação e resolução dos problemas e conflitos socioambientais por região. Essa redefinição permitiu que a fiscalização atuasse de forma ágil, organizada e estruturada, possibilitando estabelecer parcerias, planejar e executar ações de fiscalização de forma contínua e programada, incorporando-se aos trabalhos de inteligência policial.

Nesse contexto, cabe salientar a parceria com o Ministério Público Estadual, através do Núcleo da Mata Atlântica – Numa e do Núcleo de Inteligência Criminal – NIC, que tem como objetivo executar ações de investigação policial em crimes ambientais praticados no Bioma Mata Atlântica.

O aprimoramento dessas ações tem contado com a ajuda de um software de inteligência artificial, denominado de I2, que foi cedido ao Ministério Público Estadual, através de convênio, e que irá conferir celeridade judicial às ações ambientais administrativas.

Também merece destaque a parceria estabelecida com a Polícia Civil – PC, através da Coordenação de Produtos Controlados – CPC, que permitiu retomar as ações conjuntas com os demais órgãos nas ações de fiscalização para o combate à pesca com bombas na Baía de Todos os Santos. Essas ações contam com o suporte do Programa de Fiscalização na Baía de Todos os Santos – BTS PAC. A principal delas é a Operação de Combate à Pesca com Bomba, ação realizada em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e a Companhia de Policiamento e Proteção Ambiental – Coppa e a CPC/PC.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – SEIA

Instituído pela Lei Estadual de Meio Ambiente, em 2001, o Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia foi concebido com o objetivo principal de viabilizar um canal de comunicação unificado e integrado dos órgãos ambientais que operam no Estado: IMA, Ingá, Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – Cerb, bem como com a sociedade em geral, proporcionando agilidade no atendimento e gestão eficiente dos processos ambientais. Entre outras funcionalidades do Seia, cabe destacar as seguintes:

- Disponibiliza ao usuário-cidadão serviços ambientais, via abertura online de processos de Licenciamento Ambiental, Gestão Florestal, Gestão de Unidades de Conservação e Outorga de Água;
- Integra os sistemas de informações finalísticos dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema;
- Proporciona o acompanhamento *online* de processos;

- Dissemina as informações ambientais do Estado de maneira rápida, segura, transparente e democrática para os cidadãos.

PORTAL DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DA BAHIA

Reestruturado e disponibilizado no início de 2010, o Portal do Seia (www.seia.ba.gov.br) foi apresentado com conteúdos e informações ambientais relevantes. O Portal surge com o objetivo de funcionar como um facilitador do acesso à informação ambiental para a sociedade, atuando como estimulador do conhecimento e da participação da comunidade na gestão ambiental local, além de cumprir com a finalidade de disseminar informações sobre o meio ambiente.

Desde o seu lançamento, o novo Portal já registrou mais de 26 mil acessos, sendo 15 mil originários da Bahia e os demais de diversos estados brasileiros e de países como Portugal e Estados Unidos. (Figura 1)

Recentemente, foi disponibilizado ao público o serviço de outorga *online* de recursos hídricos para a abertura e o processamento de requerimentos de direito de uso da água, para captação superficial e subterrânea e para o lançamento de efluentes.

Considerado um projeto pioneiro no Brasil, o Seia terá mais três módulos disponíveis no início de 2011: licenciamento ambiental, anuência em unidades de conservação e atos florestais.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL – GEOBAHIA

A Secretaria do Meio Ambiente realizou, em 2010, os trabalhos de avaliação da cobertura vegetal nas áreas de atuação das empresas Aracruz e Suzano, no extremo sul do Estado, tendo também feito e concluído o mapeamento da perda de cobertura vegetal nativa nos municípios de Eunápolis, Belmonte e Santa Cruz Cabrália.

FIGURA 1

PORTAL DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DA BAHIA Bahia, 2010



Fonte: SEMA/CPA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas têm provocado impactos cada vez mais acentuados em todo o planeta, causados, em sua grande maioria, pela forma de apropriação dos recursos naturais e pela degradação ambiental. Governos e comunidade científica têm um importante papel na geração de novos conhecimentos e na criação de uma base de informações que permita auxiliar a identificação, o desenvolvimento e a implementação de respostas para as vulnerabilidades ambientais.

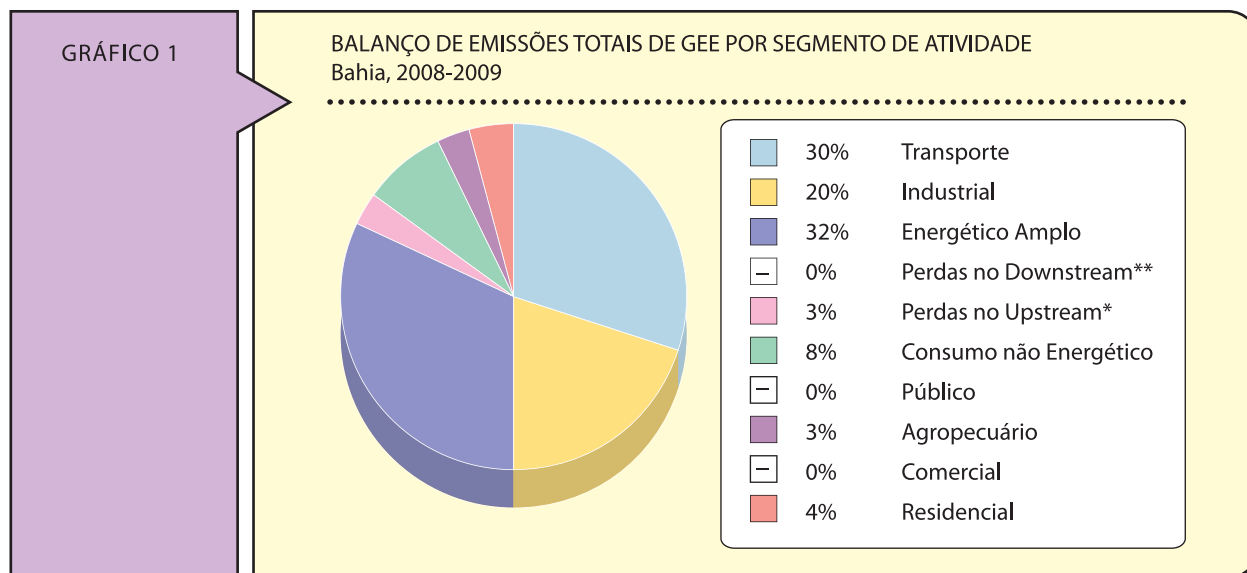
Nesse sentido, o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade – FBMC, ator importante na elaboração do documento base da Política de Mudanças Climáticas do Estado da Bahia, realizou, em 2010, três reuniões ordinárias com o objetivo de conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão dos problemas decorrentes do aquecimento global. O Fórum estadual também participou de eventos demandados pelo Fórum Brasileiro e pela sociedade.

O primeiro Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado da Bahia, concluído em maio de 2010, foi elaborado

de acordo com o nível de desagregação adotado no último Balanço Energético do Estado, publicado em 2008 e 2009. O inventário abrange as emissões dos subsetores e a estrutura sugerida pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC. As contribuições desse instrumento servirão de subsídios ao desenvolvimento de ações voltadas para minimizar os impactos negativos da ação do homem no sistema climático, estimulando a redução progressiva das emissões de Gases do Efeito Estufa – GEE e a captura e estocagem desses gases, principal objetivo da política estadual sobre mudança do clima.

Como mostra o Gráfico 1, o segmento energético é o maior responsável pelas emissões, com 32% de participação, seguido dos segmentos de transporte, com 30%, e industrial, com 20%.

O inventário constitui um passo importante para os desdobramentos do Plano Estadual de Mudanças Climáticas, visto que possibilita estabelecer ações de mitigação na trajetória de estabilização e redução de emissões na Bahia, bem como medidas para permitir adaptação adequada à mudança do clima.



Fonte: SEMA/SPS

* Upstream – perdas no processo na fase de produção.

** Downstream – perdas no processo na fase de distribuição, ocorre depois da produção.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL AMBIENTAL

PLANO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – PEMA

Um grande passo para o desenvolvimento sustentável na Bahia foi dado com a apresentação da proposta técnica do Plano Estadual de Meio Ambiente – Pema, com previsão de recursos de R\$ 1,5 milhão. O Plano é um dos instrumentos de implementação da Política Estadual do Meio Ambiente, previsto na lei nº 10.431/2006, e apontará diretrizes para o desenvolvimento sustentável por meio de programas, ações e as principais políticas estaduais na lógica da construção do desenvolvimento.

O Pema tem quatro dimensões como pilares de sustentação: a ambiental, a físico-territorial, a socioeconômica e a institucional, onde se relacionam os programas, planos e projetos com três horizontes temporais, 2011, 2015 e 2023, possibilitando o planejamento, monitoramento e avaliação das atividades planejadas nas áreas de meio ambiente e suas interfaces com os demais setores e secretarias.

A construção do Plano prevê a elaboração de estratégias de atuação do Governo do Estado na área ambiental, na forma de uma Agenda Ambiental Intersetorial Integrada. O intuito é proporcionar a melhoria na qualidade de vida dentro de parâmetros ambientais adequados, promovendo o desenvolvimento socioeconômico alinhado à proteção ambiental de forma sustentável e equilibrada. O Pema está em consonância com o Plano Estratégico do Estado, o Bahia 2023, que integra o conjunto de instrumentos de planejamento do Estado.

Em 2010 foram concluídas as etapas: Plano de Trabalho; Relatório de Caracterização Ambiental do Estado da Bahia; Plano de Metas Estratégicas/Planificação de Projetos, horizonte 2011; Relatório com as Diretrizes e Subsídios para o Pema, horizonte 2012-2015; Proposta Estratégica de Divulgação e Acompanhamento do Pema e Relatório Síntese Resumo Executivo.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO – ZEE

O Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento de ordenamento territorial que dará apoio à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, pautado em elementos técnicos. Com recursos financeiros de R\$ 9 milhões, o processo visa construir pactos territoriais com a participação da sociedade civil organizada, secretarias estaduais, órgãos públicos municipais e federais, e tem como meta implementar uma base de informações para subsidiar ações legais de controle e concessão de licenças ambientais, de ocupação e de uso para atividades produtivas que possam provocar danos ao meio ambiente, compatibilizando-as com os recursos naturais e o perfil socioeconômico existentes.

O ZEE é uma incumbência que foi atribuída ao Governo do Estado, na Constituição Estadual de 1989 e há cerca de 15 anos é discutido entre ambientalistas e representantes do Governo. A partir de 2007, os técnicos da SEPLAN e da SEMA, secretarias coordenadoras do Zoneamento, começaram a construir o Termo de Referência-TR para nortear a elaboração do instrumento.

Em 2010, foram estabelecidas estratégias de ação entre o ZEE e o plano macro econômico do Estado; construídos cenários de desenvolvimento para os Territórios de Identidade e elaborado um Banco de Dados de indicadores de qualidade ambiental, econômicos e sociais.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – PDA

Composto pelos componentes de fortalecimento institucional, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável de área de proteção ambiental, o Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA tem a finali-

dade de apoiar a estruturação e fortalecimento institucional da SEMA, contribuir para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, como formas de melhoria do Sistema de Gestão Ambiental do Estado da Bahia. Financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o programa prevê investimentos de US\$ 16 milhões ao longo de quatro anos, a partir da sua assinatura.

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE BIOLÓGICA

GESTÃO DE REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA FLORESTAL EM PROPRIEDADES PARTICULARES

Para oferecer mais praticidade e agilidade no atendimento, bem como gerar informações de gestão das atividades no Estado, o Registro de Pessoas Físicas e Jurídicas que exercem Atividades Relacionadas à Cadeia Produtiva Florestal passou a ser *online*.

Nesta área, outra iniciativa consistiu na descentralização da aprovação de localização de reserva legal, mediante a celebração de convênios com as Prefeituras Municipais de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – UC

Criação de Unidades de Conservação – UC

Publicados em 30 de novembro de 2010, os decretos nº 12.486 e nº 12.487 criam, respectivamente, o Parque Estadual Serras dos Montes Altos e o Refúgio da Vida Silvestre, região da Serra Geral, abrangendo os municípios de Guanambi, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Pindaí e Candiba, no Território Sertão Produtivo, que apresentam aspectos relevantes de interesse hidrológico, ecológico e arqueológico.

Renovação e Formação de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação – Ano 2010

- Renovação de 11 Conselhos Gestores: Área de Proteção Ambiental – APA de Caraíva/Trancoso; APA Santo Antônio; APA do Rio Capivara; APA Lagoas de Guarajuba; APA do Litoral Norte; Parque Estadual da Serra do Conduru; APA da Costa de Itacaré/Serra Grande; APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada; APA Joanes–Ipitanga; APA Lagoas e Dunas do Abaeté e Estação Ecológica Wenceslau Guimarães.
- Formação: APA Serra do Ouro e Parque Metropolitano de Pituçu – PMP.

Área de Proteção Ambiental – APA

A Área de Proteção Ambiental – APA Lago de Sobradinho teve o seu Plano de Manejo concluído em 2010, que consiste em um documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN

Em 2010, foram reconhecidas três novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN: Bronzon com 150,5ha; Bozi com 35,6ha e Refúgio do Guigó com 94,6ha.

PARQUE ZOOBOTÂNICO GETÚLIO VARGAS – ZOO

Reestruturação do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas

Antes mesmo de serem concluídas as obras de reestruturação do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas (Zoológico de Salvador), no felinário e nos setores das aves e dos primatas, as novidades já estão sendo percebidas pelos que visitam o local. O aumento do fluxo de visitantes, de 22 mil para 30 mil por mês, é creditado a essas mudanças (Gráfico 2).

Mais três etapas de revitalização de outros setores do parque estão previstas. A reestruturação do parque está baseada, principalmente, no conceito de bem-estar dos animais. Estão sendo construídos recintos que reproduzem as características dos habitats naturais, para oferecer aos animais uma melhor adaptação. A nova ambientação permite-lhes mais conforto para viver e reproduzir. Este tratamento diferenciado aos animais propicia uma reprodução saudável e equilibrada, mesmo em cativeiro.

Atualmente, 89% do plantel existente no zoo de Salvador corresponde a animais nativos do Brasil ou que são originários de outros países, mas nasceram no Brasil. Para obter um maior controle, todos os animais do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas são identificados com microchipe, anilha ou tatuagem.

Programa de Reprodução de Espécies Silvestres

A reprodução de animais silvestres em cativeiro é um dos principais objetivos da proposta de tornar o Zoológico de Salvador um centro de referência, em prol da conservação. Para alcançar esse objetivo, o zoo foi dotado de mais recursos e modernos equipamentos clínico-cirúrgicos de tratamento intensivo, tais como: anestesia inalatória, monitor cardíaco, desfibrilador, ultrassom dentário, bisturi elétrico e incubadoras.

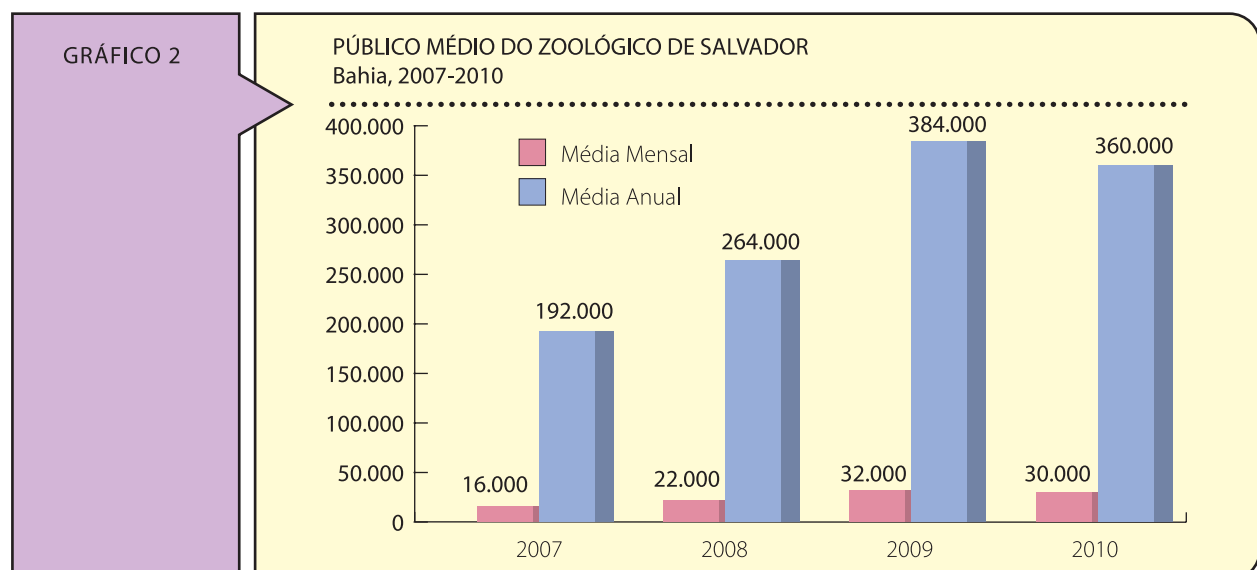
Os números apresentados no Gráfico 3 comprovam a contribuição da modernização para o resultado alcançado pela reprodução de animais silvestres, no período 2007-2010.

Projeto Primatas da Mata Atlântica

O novo setor dos primatas tem como principal objetivo criar, reproduzir e manter grupos de primatas de espécies que ocorrem na Mata Atlântica, viabilizando grupos estáveis e aptos para os programas oficiais de soltura. Essa atividade terá início com a conclusão das obras do setor, Figura 2.

AGRICULTOR FLORESTAL

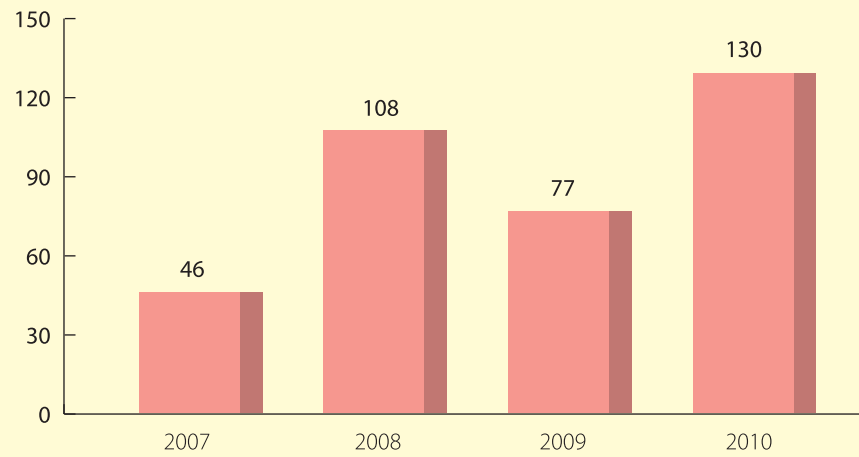
O programa Agricultor Florestal foi implementado pela SEMA a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e tem como objetivo prestar assistência técnica e extensão florestal aos agricultores, de forma a incentivar a implantação de áreas de silvicultura, em sistemas agroflorestais nas suas propriedades. Em 2010, foram realizadas inspeções em 997 hectares de áreas implantadas e prestada assistência técnica aos 467 produtores assistidos.



Fonte: SEMA/ZOO

GRÁFICO 3

NÚMERO DE FILHOTES NASCIDOS EM CATIVEIRO
Bahia, 2007-2010



Fonte: SEMA/SFC

FIGURA 2

SETOR DE PRIMATAS DO ZOOLOGICO DE SALVADOR
Bahia, 2010



Foto: SEMA

Maquete Eletrônica - Projeto para o Zoológico de Salvador

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE SUB-BACIAS DO RIO SÃO FRANCISCO

Encontra-se em fase de implantação o Projeto de Recuperação Ambiental das Sub-bacias dos rios Grande,

Corrente e margem esquerda do Carinhanha. O Projeto é financiado com recursos do convênio celebrado entre a SEMA e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba – Codevasf, no valor de R\$ 15,8 milhões, e tem como objetivo desenvolver ações

voltadas para o controle de processos erosivos, por meio de práticas mecânicas de conservação do solo e da água, através da construção de barraginhas, terraceamento, estabilização de voçorocas, recuperação de áreas degradadas, recuperação de matas ciliares, topos de morro, construção de murundus e revegetação de nascentes. Para a execução destas ações a SEMA conta com a parceria da Cerb, do Inga e da Universidade Federal da Bahia – Ufba, entidades executoras do Projeto.

Em 2010, foram perfurados quatro poços e implantados sistemas simplificados de abastecimento de água nas Agrovilas I, II, III e IV do Assentamento Rio de Ondas, no município de Luís Eduardo Magalhães, áreas de abrangência do projeto.

CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CCA

Foi instituída a Câmara de Compensação Ambiental – CCA, em 2010, com o objetivo de analisar e propor a aplicação e destinação dos recursos provenientes da compensação de empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiental, identificando as unidades de conservação a serem contempladas.

A CCA adota, como critério de cobrança da compensação ambiental, um mecanismo financeiro com a finalidade de contrabalançar os choques sofridos pelo meio ambiente, aplicado nos casos de licenciamento ambiental, fundamentado em Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental – EIA/Rima.

Após a sua instituição, o primeiro Termo de Compromisso de Compensação Ambiental foi celebrado com o Grupo Votorantim Cimentos, com o objetivo de elaborar o Plano de Manejo da APA Joanes e Ipitanga.

GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA – GAC

Tendo como objetivo o fortalecimento da gestão ambiental dos municípios, o Programa Estadual de Ges-

tão Ambiental Compartilhada, por meio da cooperação entre os sistemas estadual e municipal de meio ambiente, realizou, em 2010, oficinas visando o fortalecimento da capacidade administrativa e técnica de 239 municípios dos 26 Territórios de Identidade, atingindo um total de 629 técnicos e dirigentes municipais treinados.

A importância dessa ação reside, principalmente, no fato de o Estado, através do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepam, reconhecer a competência do município para o licenciamento ambiental dos empreendimentos de impacto local. Dos municípios que solicitaram adesão ao Programa, 61 tiveram sua competência reconhecida pelo Cepam e 30 estão com os processos de reconhecimento da sua competência em tramitação na Secretaria Executiva do Conselho.

PROJETO MATA BRANCA

Em 2010, o Projeto Mata Branca, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em parceria com a SEMA, teve sua atuação pautada no apoio a políticas e instituições públicas para uma gestão mais adequada e a promoção de práticas integradas dos ecossistemas, através da implantação de subprojetos demonstrativos.

Esse apoio se concretizou através de convênio firmado com a Universidade Federal da Bahia – UfBa, para a elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica do Bioma Caatinga e de ações, concluídas, para a consolidação do Centro de Treinamento e de Qualificação de Pessoal na sede da Floresta Nacional Contendas do Sincorá – Flona. Em andamento, três ações importantes: Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA Estadual Serra Branca, em Jeremoabo; atualização dos mapas de cobertura vegetal dos municípios de Curaçá, Jeremoabo, Itatim e Contendas do Sincorá; e plano de ações com a SEMA e o Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, para implantação do corredor ecológico entre a Floresta Nacional e o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Estão em andamento 27 subprojetos demonstrativos (Tabela 1) enquadrados em seis tipologias distintas, beneficiando cerca de três mil famílias de quatro municípios:

- reabilitação de áreas degradadas;
- conservação e uso sustentável da biodiversidade;

- gestão de recursos hídricos e do solo;
- desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis;
- desenvolvimento cultural e social;
- fomento a incentivos ambientais.

Os subprojetos relacionados aos sistemas produtivos sustentáveis e economicamente viáveis correspondem a 13, entre eles quatro hortas pedagógicas em Curaçá e quatro quintais produtivos em Jeremoabo, Itatim e Contendas do Sincorá.

TABELA 1

DEMONSTRATIVOS EM ANDAMENTO
Bahia, 2010

MUNICÍPIO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	SUBPROJETO DEMONSTRATIVO	FAMÍLIAS ATENDIDAS	CUSTO DE IMPLANTAÇÃO (R\$ 1.000,00)
Curaçá	Sertão do São Francisco	10	350	566
Jeremoabo	Semiárido Nordeste II	5	635	343
Itatim	Piemonte do Paraguaçu	7	1.675	335
Contendas do Sincorá	Sertão Produtivo	5	274	249
TOTAL		27	2.934	1.493

Fonte: SEDIR / Car